



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

113

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0001887-83.2014.8.17.0000 (0327854-8) Olinda (3ª Vara Cível)

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)

Recorrido: Debora Ferreira Barbosa


Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. Não há omissão quando, para o julgamento da lide, não se faz necessária análise explícita dos dispositivos apontados pelo embargante, mormente na hipótese dos autos, em que a decisão embarga está fundada em entendimento dos tribunais superiores. Ademais, O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo. Aclaratórios conhecidos, porém à unanimidade rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração supramencionados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível deste Tribunal, **UNANIMEMENTE**, em **REJEITÁ-LOS**, tudo em conformidade com a ementa e o voto em anexo, os quais passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de setembro de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

110

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0001887-83.2014.8.17.0000 (0327854-8) Olinda (3ª Vara Cível)

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)

Recorrido: Deborá Ferreira Barbosa

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Acórdão embargado à fl. 81.

Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão desta Câmara que, à unanimidade de votos, negou provimento ao recurso de agravo, mantendo decisão terminativa monocrática exarada no agravo de instrumento, a qual negou seguimento ao agravo, mantendo a decisão recorrida que deferiu pedido de antecipação de tutela para que a recorrente se abstenha de incluir o nome da recorrida nos cadastros dos órgãos de restrição ao crédito.

Alegou a embargante que o acórdão foi omissos na medida em que não apreciou questão quanto ao exercício regular do direito da recorrente da inserção do nome da recorrida nos órgãos de restrição ao crédito (art. 188, CC), da legalidade do direito de cobrança (Lei 9.427/96) e por fim, da ausência dos requisitos autorizadores da concessão da tutela antecipada (art. 273, CPC).

Requeru o pronunciamento acerca dos dispositivos apontados nos presentes embargos para o fim de prequestionamento e eventual interposição de recursos para os tribunais superiores.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 10 de setembro de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

111

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0001887-83.2014.8.17.0000 (0327854-8) Olinda (3ª Vara Cível)

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)

Recorrido: Debora Ferreira Barbosa

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

A decisão embargada está ementada nos seguintes termos (fl.):

"EMENTA. AÇÃO EM QUE SE DISCUTE A EXISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE DÉBITO ORIUNDO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. LIMINAR QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DA COBRANÇA E A RETIRADA DO NOME DO SUPOSTO DEVEDOR DOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO MONOCRATICAMENTE. AGRAVO NEGADO. DECISÃO UNÂNIME. Tratando-se de demanda na qual se discute o contrato de fornecimento de energia, a prudência recomenda o deferimento da medida liminar até a decisão final sobre a questão".

Observe que os presentes aclaratórios possuem a nítida e confessada intenção de prequestionar os dispositivos legais indicados pela embargante e não expressamente utilizados como razões de decidir na decisão embargada.

A simples leitura do acórdão impugnado, bem como do relatório e votos, o qual se ressalta, fazem parte do julgado, demonstram que os dispositivos tidos como omissos nesses embargos foram enfrentados.

Ademais, como é cediço, o órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos da recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa.

Nesse sentido, veja-se o entendimento da 1ª Turma do STJ:

"O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Joválido Nunes Gomes

112

composição do litígio" (AI nº 169.073-SP-Ag Reg, Rel. Min. José Delgado. Primeira Turma. Julg. 04/06/98).

Por outro lado, se a decisão não fez justiça à embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal. Válida, nesse particular, a transcrição de julgado da lavra do Des. Jones Figueirêdo (ED nº 51828-7/01):

"Processual Civil. Embargos Declaratórios. Obscuridade, contradição e omissão. Inexistência. Rejeição. - Ao julgador impõe-se, tão-somente, deixar expressa a necessária fundamentação do decisório, dispensando-se-lhe, de analisar a controvérsia sob o enfoque sustentado pelo embargante. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. Esta relatoria, contudo, analisou todos os pontos expostos, em nada se omitindo. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Embargos rejeitados, à unanimidade de votos."

Assim sendo, não há omissões a serem sanadas, assim como também não vislumbro a ocorrência de qualquer uma das demais hipóteses do art. 535 do CPC, pelo que voto no sentido de **CONHECER** e **REJEITAR** os embargos opostos.

É como voto.


Des. Joválido Nunes Gomes
Relator